

**TRABALHO INFORMAL:
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E EXCLUSÃO
SOCIAL EM GOIÁS E NO BRASIL**

Alzirene de Vasconcelos Milhomem



TRABALHO INFORMAL: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E EXCLUSÃO SOCIAL EM GOIÁS E NO BRASIL

Alzirene de Vasconcelos Milhomem¹

Resumo

No Brasil, a proporção de pessoas que trabalha em condições de emprego fixo formal diminui ao mesmo tempo em que aumenta a proporção das que trabalham em tempo parcial e informal por prazo determinado, sub-contratadas ou sob condições de trabalho realizado em casa. O objetivo principal desse trabalho é estudar o setor informal de trabalho do Estado de Goiás e do Brasil, sua evolução e participação nas respectivas economias. Trabalhador informal, neste trabalho, é considerado aquele que não tem registro do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), estando à margem das garantias e proteção da legislação trabalhista. A metodologia consta de levantamento de dados primários, nas fontes oficiais da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em Goiás, a categoria de trabalhadores informais representa cerca de 56% da população empregada. O grau de informalidade no país cresceu 9% na década de 90, passando de 41% das pessoas empregadas para 50%. O índice de emprego formal no Brasil decresceu 17% de 1990 a 2002 e no Estado de Goiás o emprego informal cresceu 7,2% no mesmo período.

Palavras-chave: mercado, informalidade, reestruturação produtiva, emprego.

INFORMAL WORK: PRECARIZATION OF WORK AND SOCIAL EXCLUSION IN GOIÁS AND IN BRAZIL

Abstract

In Brazil to ratio of people that works in permanent formal job reduces at the same time that increases the ratio of people that works in partial and informal time, for determined period, sub-contracted or under conditions of work carried outside house. The main objective of this work is to study the informal work sector of Brazil and Goiás State, their evolution and participation in the respective economies. Informal worker, in this paper, is considered as the one who does not have registered employment contract in the Wallet of Work and Social Welfare (CTPS), without guarantee and protection of the labor law. The methodology consisted on analysis of primary data, from official sources of the Monthly Research of Job (PME) and data of the National Research for Sample of Domicilies (PNAD), both of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). In Goiás the informal worker represents around 56% of population employed. The degree of informality in Brazil increased 9% in decade of 90, passing from 41% to 50%. The index of formal job in Brazil decreased 17% from 1990 to 2002 and in Goiás State the informal job increased 7.2 % in the same period.

Key-words: market, informality, productive reorganization, job.

¹ Engenheira Agrônoma e Economista, Dra. Professora do curso de Ciências Econômicas e coordenadora do curso de Agronomia do Centro Universitário de Goiás (Uni-Anhangüera); professora da UEG nos cursos de Economia e Engenharia Agrícola. E-mail: alzirene@aol.com

Introdução

O século XX terminou com um espetacular progresso econômico e um aumento do problema do emprego. De acordo com Pastore (1998), a entrada no século XXI se caracteriza com cerca de um bilhão de seres humanos desempregados ou subempregados em todo o mundo e sem muita perspectiva de voltar a se empregar, no decorrer dos anos vindouros.

A proporção de pessoas que trabalha em condições de emprego fixo formal diminui ao mesmo tempo em que aumenta a proporção das que trabalham em tempo parcial e informal, por prazo determinado, por projeto, subcontratadas ou sob condições de trabalho realizado em casa.

O progresso econômico cria novas tecnologias e estas são consideradas as causas de destruição e criação de novos empregos. A inovação tecnológica e a elevação da produtividade, ao mesmo tempo em que destroem produtos, empresas, atividades econômicas e empregos, também criam novos produtos, empresas e empregos. Ocorre que destruir empregos é rápido, criar é demorado, e assim os efeitos diretos e imediatos das novas tecnologias são mais facilmente identificados.

No Brasil, a partir de meados dos anos de 1970, o termo setor informal passa a fazer parte do jargão do governo, o termo foi criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O conceito de setor informal aparece como um novo instrumento explicativo para um fenômeno velho: a existência de atividades econômicas de baixa produtividade e que se desenvolviam à margem da legislação.

A explosão do mercado informal provoca a precarização² das condições e relações de trabalho, podendo decorrer da falta de fiscalização efetiva dos órgãos governamentais, do excesso de regulamentação e da inflexibilidade da legislação que inibem a criação dos empregos formais. Em algumas cidades

² Precarização das condições de trabalho diz respeito ao aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de “bico”. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria.

brasileiras o emprego informal (assalariado sem carteira e trabalhadores por conta própria) é cerca de 60% do total de empregos.

A precarização do trabalho é consequência da informalidade, pois ao se ingressar nesse setor, os trabalhadores se convertem numa espécie de “cidadãos de segunda classe”, perdendo inclusive o acesso a direitos garantidos pela Constituição Federal.

Além disso, a presente pesquisa é um primeiro passo no sentido de melhorar o entendimento da categoria de emprego informal. De acordo com dados do IBGE, em 1999, para o Estado de Goiás, aproximadamente 40% do total de empregados (trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta-própria), são informais.

O objetivo desse trabalho é proceder uma análise descritiva do setor informal, utilizando dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, no período de 1990 a 1999.

A concepção de informalidade concilia, de um lado, o critério de demarcação proveniente da relação legal de trabalho, separando trabalhadores com ou sem carteira assinada e, de outro, o critério oriundo da relação de produção não estruturada em moldes tipicamente capitalista.

Concepções teóricas do mercado de trabalho informal

De acordo com Jakobsen (2000), o termo “setor informal” foi cunhado pela OIT e utilizado pela primeira vez nos relatórios sobre Gana e Quênia, elaborados no âmbito do Programa Mundial de Emprego, em 1972. Posteriormente, outros termos passaram a ser utilizados para identificar as ocupações informais, como “setor não-estruturado”, “setor não-organizado” ou “setor não-protegido”, revelando a existência de divergências conceituais para a definição dessas ocupações.

Segundo o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (Prealc) da OIT, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, e, mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a

diferença entre capital e trabalho. Estas atividades utilizam pouco capital, técnicas rudimentares e mão-de-obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. Jakobsen (2000) complementa a caracterização do setor pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza.

O conceito de setor informal para Cardoso Jr. e Fernandes (2000) pode ser trabalhado segundo uma dupla perspectiva. A primeira considera informais as atividades assalariadas desempenhadas fora do arcabouço institucional legalmente estabelecido pelo Estado, incluindo no núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores não remunerados. A segunda perspectiva considera informais as atividades não-assalariadas desenvolvidas por autônomos, em que não há uma separação nítida entre a propriedade do empreendimento e a execução de suas atividades-fim (separação capital/trabalho), fazendo com que a categoria dos trabalhadores por conta própria tenha uma interface com o núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho.

Para Cardoso Jr. e Fernandes (2000), ambos os critérios caracterizariam um mercado de trabalho pouco estruturado no Brasil, que tenderiam a se reproduzir atividades e ocupações mais precárias – caso dos trabalhadores por conta própria, do ponto de vista do conteúdo ou qualidade da ocupação - e de mais frágil inserção profissional – caso típico dos assalariados sem carteira e dos trabalhadores não-remunerados, do ponto de vista das relações de trabalho.

Olimpia e Rolim (2000) consideraram informal todo trabalhador que não tem Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada. No tocante à categoria ocupacional dos empregados³, está claro que os informais são aqueles que não têm registro do contrato de trabalho na CTPS, estando à margem das garantias e proteção da legislação trabalhista.

As origens do trabalho informal na América Latina e no Caribe são apontadas por Jakobsen (2000) por meio de três perspectivas. A primeira estaria

³ De acordo com o IBGE, são pessoas que trabalham para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios.

relacionada à forte migração de trabalhadores do campo para a cidade após a Segunda Guerra Mundial, em razão das transformações nos atrasados meios de produção agrícolas, que dispensaram mão-de-obra neste setor, e o setor industrial urbano não foi capaz, em nenhum momento de oferecer empregos suficientes e bem remunerados a todos. Isso levou uma parcela expressiva desses migrantes a constituir um excedente de mão-de-obra, que foi obrigado a “inventar” seu próprio trabalho como meio de sobrevivência.

A segunda, de acordo com uma análise da Preal/OIT com uma visão por economistas liberais, relaciona a informalidade com a excessiva regulamentação da economia pelo Estado. E por fim, uma perspectiva chamada de “estruturalista”, onde a origem do trabalho informal estaria, em parte, nas formas alternativas de trabalho utilizadas pelas grandes empresas formais, como o trabalho em tempo parcial ou casual, os contratos de prestação de serviços e a subcontratação para pequenas e desregulamentadas empresas terceiras de produção de bens e serviços (THEODORO, 2000; JAKOBSEN, 2000).

Uma outra abordagem do setor informal, baseia-se nas relações do trabalhador com os meios e instrumentos de produção. De acordo com Cacciamali (1983), a produção informal é entendida como um conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para seu funcionamento, no trabalho assalariado. Ela ocupa os espaços econômicos, os interstícios, não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista, que estão, potencial ou efetivamente, a sofrer contínuos deslocamentos pela ação dessas últimas.

As características podem ser melhores sintetizadas, segundo nos seguintes itens:

“I) o produtor direto é o possuidor dos instrumentos de trabalho /ou de estoque de bens para a realização de seu trabalho e se insere na produção sob a forma simultânea de patrão e empregado; II) ele emprega a si mesmo e pode lançar mão do trabalho familiar ou de ajudantes; III) a produtor direto vende seus serviços ou mercadorias e recebe um montante de dinheiro que é utilizado, principalmente, para o consumo individual e familiar e para a manutenção da atividade econômica; IV) a atividade é dirigida pelo fluxo de renda que a mesma fornece ao trabalhador e não por uma taxa de retorno competitiva; V) nesta forma

de produzir não existe vínculo impessoal e meramente de mercado; VI) o trabalho pode ser fragmentado em tarefas”. (CACCIAMALI, 1983, p.3).

O setor informal de trabalho no Brasil

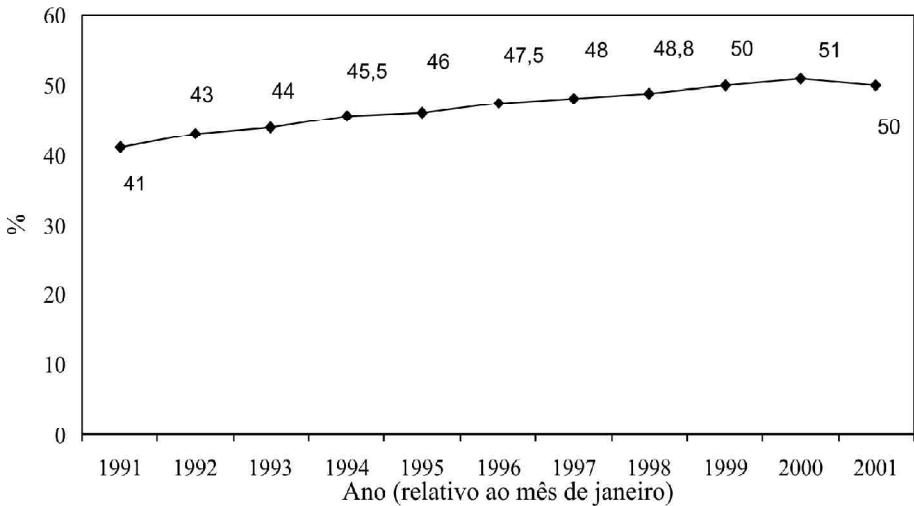
O contingente de empregados informais no Brasil, de acordo com a PNAD de 2002, é de 38,1 milhões, o que corresponde a 58,1% do total de empregados. Em Goiás, esta categoria representa 56% do total de empregados, ou seja, 1.162 mil pessoas. Além disso, os trabalhadores da categoria ocupacional de trabalhadores por conta própria – pessoas que trabalham explorando seu próprio empreendimento, sozinhos ou com sócio, sem terem empregados – normalmente têm sido somados, integralmente, ao contingente de informais.

As atividades informais apresentam um pequeno espectro que se desdobra desde o comércio ambulante à pequena produção familiar, aos prestadores de serviços pessoais, aos guardadores de carro etc, até o trabalho em casa operando com tecnologia da informática na internet.

Desde o início da década de 1980, de acordo com Ulysea (2005), o mercado de trabalho tem se caracterizado por uma elevada proporção de trabalhadores sem contrato formal de trabalho: em 1981, segundo a PNAD do IBGE, os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada já representava 28% da população ocupada. Embora esse número tenha sofrido uma pequena elevação nos três primeiros anos da década de 1980, o grau de informalidade permaneceu relativamente estável ao longo desse período. Entretanto, a partir de 1990 tem início um processo de elevação sem precedentes no grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

A partir de 1994, com a implantação do Plano Real, de acordo com Ramos (2002), a utilização da chamada “âncora cambial”, implicou em ajustes mais profundos em termos de busca de um aumento de produtividade e, por conseguinte, afetou intensamente o desempenho do mercado de trabalho. No início de 1999, a alteração do regime cambial que provocou aumento do grau de incerteza, influenciou no processo de tomada de decisões de investimento, que por sua vez repercutiu no mercado de trabalho que apresentou comportamentos distintos para os finais da década de 1990.

A Figura 1 mostra o crescimento das relações informais de trabalho no Brasil, considerando trabalho assalariado sem carteira e trabalho por conta própria. Nos seis primeiros anos, de 1991 a 1996, o percentual de trabalhadores informais passou de 40 para 47% no conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE. De meados de 1996 até o final de 1997, o ritmo do crescimento do grau de informalidade diminuiu, ficando próximo de 48%. Como reflexo das crises que passou a economia brasileira em 1998 e 1999, o funcionamento do mercado de trabalho mudou, o que fez com que o processo de informalização retomasse seu crescimento, de tal forma que nos últimos meses de 1999 ultrapassou a marca de 50%, chegando a 51% no início de 2001. A partir daí, e de forma até certo ponto surpreendente, segundo Ramos (2002), houve uma ligeira queda, seguida de estabilização em torno de 50% durante todo o ano de 2001.



Fonte: Ramos (2002).

Figura 1 – Evolução do grau de informalidade no mercado de trabalho metropolitano no Brasil de 1991 a 2001.

Para os trabalhadores demitidos, não há muitas escolhas diante de um quadro econômico adverso à geração de trabalho, provocado por transformações

estruturais em nível mundial, derivado da Terceira Revolução Industrial e também pelo comportamento do Brasil ao abrir seu mercado diante da competição internacional (SINGER, 1999). As conseqüências são verificáveis na precarização das condições de vida, principalmente nos centros urbanos, com a perda de acesso aos direitos e ao sistema de proteção social.

Para Singer (1998), tanto a crescente informatização, quanto a terceirização são tendências mundiais e resultam do consistente processo de abertura das economias nacionais à competição internacional e da revolução nas formas e conteúdos do trabalho trazidos pela informatização; como conseqüência, o emprego formal no Brasil começou a encolher, enquanto o emprego informal e o trabalho autônomo aceleraram o seu ritmo de crescimento.

A entrada de novas tecnologias e modos de trabalhar provoca grandes deslocamentos entre ocupações, empresas e setores, e elevam as exigências de qualificação do trabalho. Durante o período de 25 anos (1976-2000), a participação da mão-de-obra em atividades agrícolas decresceu de 32% para 25%. Essa proporção continua elevada quando se compara o Brasil com os Estados Unidos e países da Europa que possuem menos de 5% dos trabalhadores na agricultura como afirma Pastore (1998). Os indicativos são de que este percentual de trabalhadores na agricultura, poderá se reduzir, dependendo somente de mudanças tecnológicas e novos métodos de produção.

Para o Ministério do Trabalho (1999), a crescente participação dos assalariados com carteira de trabalho assinada no total de pessoas ocupadas no Brasil, reverteu-se, na década passada, em uma modificação significativa, o que vem ocorrendo desde 1990, na forma de entrada no mercado de trabalho.

Existe uma arritmia no crescimento do emprego protegido (com carteira de trabalho assinada) vis-à-vis a expansão do emprego assalariado sem carteira assinada e dos por conta-própria; ou seja, entre o núcleo mais moderno e socialmente mais protegido do mercado de trabalho e a sua periferia. O resultado desse processo tem sido acentuar a informalidade, revelando que a economia brasileira, de um lado, está sendo capaz de gerar empregos, e de outro, esses são, em boa parte de baixa qualidade. De fato, para as seis áreas metropolitanas pesquisadas pela PME, a fração dos empregados com carteira de trabalho

assinada no total da ocupação passou de 53,8% no segundo trimestre de 1991, para 41,9% no segundo trimestre de 2002.

Dessa forma, o conjunto dos informais, tomados pela proporção dos trabalhadores sem carteira assinada e dos conta-própria no total da ocupação, cresceu de 40,8% para 58,1% durante o mesmo período. Ou seja, cada vez menos, a despeito dos direitos consagrados na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), está caindo o grau de proteção dos trabalhadores brasileiros, emblematicamente pelo contrato formal de trabalho. Essas mudanças ocorreram no sentido inverso do que seria esperado de padrão clássico de emprego gerado por um mercado de trabalho moderno, o que abriga seus participantes na rede de proteção social.

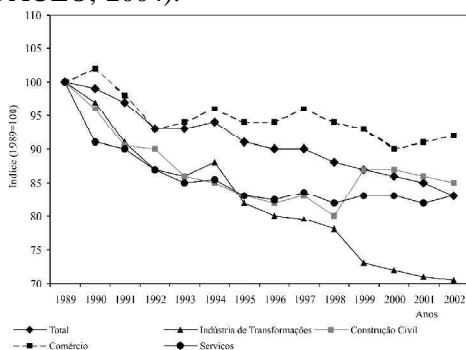
Todavia, nem todas as ocupações informais são de baixa qualidade. A presença crescente do trabalho autônomo introduz uma nova dimensão à análise do setor informal. De fato, ao se retirar da enumeração dos informais o conjunto de trabalhadores por conta-própria que recebem mais de cinco salários mínimos por mês, o grau de informalização tende à estabilidade, especialmente, a partir de 1994, quando o Plano Real mudou favoravelmente os preços relativos dos bens e serviços não comercializáveis, internacionalmente. Ou seja, a parcela de mão-de-obra qualificada que emigrou para a condição de conta-própria não deve ser caracterizada como detentora de uma ocupação de baixa qualidade, à medida que detém capital humano e instrumentos de trabalho que elevaram a sua produtividade e os seus rendimentos (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1999).

A redução do mercado de trabalho formal no Brasil também é observado por Mattoso (1999), que afirma que 50% dos ocupados brasileiros das grandes cidades se encontram em algum tipo de informalidade, grande parte sem registro e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro-desemprego e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Ou seja, três em cada cinco brasileiros ativos das grandes cidades estão ou desempregados (um em cada cinco) ou na informalidade (dois em cada cinco), sendo que destes últimos uma grande parcela apresenta evidente degradação das condições de trabalho e de seguridade social.

Ainda Mattoso (1999), comenta que o intenso processo de desestruturação do mercado de trabalho ocorrido nos anos de 1990 e, sobretudo, durante o primeiro governo de FHC (1995-98) teve uma acentuada redução da capacidade de geração de empregos formais, pois este período apresenta um desempenho negativo, comparando os dados da oferta de emprego formal em relação ao ano de 1989 (Figura 2).

O total de emprego ofertado decresceu cerca de 13% em relação aos ramos de atividades, o comércio teve o melhor desempenho, ofertando 8% a menos; o setor de serviços decresceu 18% e a construção civil 22%. O ramo de atividade com pior desempenho foi a indústria de transformação, decrescendo cerca de 28% (Figura 2).

O trabalho informal atingiu 58,5% dos ocupados no Brasil, em 2000. Este percentual considera como informal o trabalho doméstico e o trabalho por conta própria que não são registrados com carteira de trabalho e não contribuem para previdência social. Assim, cerca de 20,9 milhões de pessoas não têm qualquer tipo de proteção social, tornando o trabalho cada vez mais precário, esse fato torna-se agravante quando se observa que o rendimento do trabalhador brasileiro, de 1999 a 2002, que tem registro em carteira decresceu 25.6% (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004).



Fonte: IBGE/PME (2003)

Figura 2 – Índice do emprego formal no Brasil de 1989 a 2002 (1989=100).

Fazendo referência à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, O Popular (2004) cita as principais causas do trabalho informal no Brasil, após

um estudo minucioso sobre o Censo Demográfico de 2000, como sendo: desemprego alto, baixo valor dos salários no Brasil, falta de qualificação do trabalhador, baixo índice de crescimento da economia, inchaço das grandes cidades, alta concentração de terras e falta de linha de crédito de baixo custo.

Mercado de trabalho informal em Goiás

O mercado de trabalho em Goiás acompanha o cenário do Brasil. Essa perda de dinamismo do mercado de trabalho ao longo dos anos de 1990, manifesta-se em menores fluxos de contratação e dispensa de empregados formais, ou seja, o número de admissões no emprego formal é menor do que o número de demissões, na maioria dos anos durante a década de 1990. Apesar disso, o Estado de Goiás é o primeiro dos Estados da região Centro-Oeste na geração de empregos, tendo no ano de 2000 o maior saldo deste período (Tabela 1).

Tabela 1 – Flutuação anual do nível de emprego no Estado de Goiás de 1991 a 2002.

Ano	Admissões	Desligamento	Saldo
1991	148.363	162.397	-14.034
1992	119.349	125.676	-6.327
1993	147.688	143.677	4.011
1994	155.578	149.233	6.345
1995	168.125	176.823	-8.698
1996	176.344	172.732	3.612
1997	207.580	201.005	6.575
1998	212.735	221.599	-8.864
1999	210.059	212.378	-2.319
2000	265.797	243.807	21.990
2001	292.087	270.706	21.381
2002	298.605	279.342	19.263

Fonte: Economia e Desenvolvimento (2001, 2003)

Em Goiás, de acordo com o IBGE⁴, o número de pessoas ocupadas, não contribuintes do sistema previdenciário do governo, representou cerca de 66% ao ano durante os anos de 1990, considerando trabalhadores domésticos, trabalhadores por conta própria e na produção para o próprio consumo.

Por outro lado, o número de trabalhadores sem carteira assinada representou cerca de 47% ao ano, indicando que parte dos considerados informais pagam previdência social, amenizando um pouco da precariedade do trabalho no Estado de Goiás.

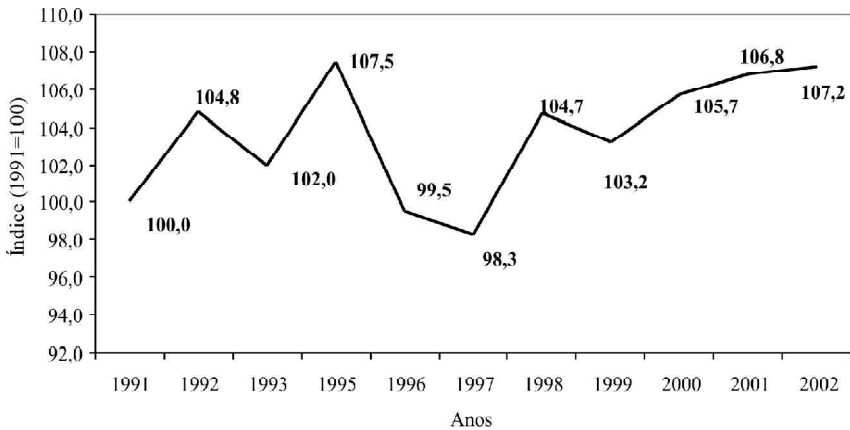
Dedecca e Baltar (1997) apontam uma nova situação que emerge com crises e reestruturação produtiva, ou seja, como os programas de racionalização das empresas estão provocando a desverticalização das grandes plantas com a externalização de parte de suas atividades. Esse novo contexto induz a uma reavaliação do papel do setor não-organizado na dinâmica do capitalismo.

Segundo os autores, esse setor passa a fazer parte da lógica de produção/atividade do setor moderno. Assim, as atividades informais não somente recebem os trabalhadores expulsos pelas atividades modernas em seu movimento de racionalização produtiva, como são incorporados ao processo produtivo.

Portanto, a nova dinâmica econômica alimenta o crescimento do setor informal, seja ao forçá-lo a absorver ex-assalariados de baixa qualificação em atividades bastante precárias, como o comércio ambulante ou serviço doméstico, seja ao estimular a formação de pequenos negócios sob a responsabilidade de ex-assalariados de melhor qualificação, cuja atividade fim é a prestação ou do fornecimento de produção ao setor organizado ou desenvolvimento de atividades voltadas para os serviços que emergem do novo estilo de vida que vai estabelecendo a configuração produção produtiva.

A Figura 3 mostra o índice das categorias informais no Estado de Goiás, durante os anos de 1990. Observa-se que este índice diminuiu nos anos que o Plano Real proporcionou os melhores indicadores econômicos para economia brasileira, em 1996 e 1997, e tiveram reflexos positivos também na economia do Estado; com uma queda da participação dessas categorias. Mas há uma tendência de crescimento da participação destas categorias no mercado de trabalho do Estado de Goiás, de acordo com o mercado brasileiro.

⁴ Dados obtidos a partir da PNAD de 1992, 1993, 1995, 1997, 1998, 1999, 2001 e 2002.



Fonte: IBGE (1993, 1997abcd, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Figura 3 – Índice de pessoas empregadas no mercado informal no Estado de Goiás de 1991 a 2002.

No município de Goiânia, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEM) realizou uma pesquisa sobre o perfil dos ambulantes (de banca fixa ou móvel) do município, em um universo de aproximadamente 10 mil trabalhadores. O resultado foi publicado no jornal O Popular (2003) mostrando os seguintes indicadores:

- 61,5% dos ambulantes são do sexo masculino;
- 51,3% são naturais de Goiás;
- 54% têm renda mensal menor que 2 salários mínimos;
- 74,7% têm idade entre 23 a 53 anos, sendo que 29,8% estão no intervalo 24 a 33 anos, 22,1% no intervalo 34 a 43 anos e 22,8% estão no intervalo de 44 a 53 anos;
- 57,5% têm o primeiro grau, mas 36% sabem somente o elementar;
- 58,7% são responsáveis pela manutenção e sustento da família; e
- 33,2% têm 1 a 3 anos na atividade informal e 24,3% têm 4 a 7 anos na atividade.

O resultado da pesquisa confirma a precariedade do trabalho realizado, principalmente quando se considera que se trabalha cerca de 10 horas por dia em 6 dias da semana. A falta de opção por um trabalho ou por opção própria,

o trabalhador se encontra nesta situação, que muitos não têm interesse de mudar, tornando assim, necessário implementar medidas para reverter esta situação.

Comentários finais

A década de 1990 compreendeu um período de bastante diversidade no cenário econômico, seja no plano interno, seja no cenário internacional. No início da referida década as alterações começariam com a abertura comercial, que provocou um processo de enxugamento da estrutura produtiva brasileira. Quatro anos depois, ocorreu a implementação do Plano Real que proporcionou estabilidade da moeda, mas em função de crises financeiras sucessivas, provocou mudanças no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro.

Observa-se que desde o início dos anos de 1990, acentuou-se a tendência de redução do emprego com carteira assinada, enquanto cresceu o emprego sem registro e o trabalho autônomo. Durante a década de 1990 a economia brasileira apresentou taxas de crescimento muito pequenas, por isso durante vários anos, houve prejuízo nos indicadores de emprego e renda no mercado de trabalho. Acredita-se que são necessários taxas 3,5 a 4% de crescimento do PIB para absorver toda a mão-de-obra que entra no mercado de trabalho, o que não aconteceu no Brasil, pois em pouquíssimos anos chegou-se a essas taxas.

Em Goiás, a categoria dos trabalhadores informais representa cerca de 56% da população empregada. O grau de informalidade no país cresceu 9%, passando de 41% das pessoas empregadas para 50% ao longo da década de 1990. O índice de emprego formal no Brasil caiu 17% de 1990 a 2002 e no Estado de Goiás o emprego informal cresceu 7,2% no mesmo período.

Tornou-se uma atividade normal muitos empregadores não registrarem todos os seus empregados ou terceirizar serviços para reduzir os custos. O resultado é que muitos trabalhadores se tornaram autônomos para sobreviver. Ou ainda, muitos vão para informalidade para ter uma renda maior, mas todos acabam sem proteção social, exercendo um trabalho precário.

Há necessidade de mudanças urgentes na legislação trabalhista e no sistema tributário, que acaba onerando tanto o empregado como o empregador. Muito

ainda há de ser feito, para que se possa reverter a tendência de aumento da precarização do trabalho com o aumento do trabalho informal.

Referências Bibliográficas

CACCIAMALI, M. C. Setor informal urbano e formas de participação na produção. **Série Ensaios Econômicos**, São Paulo, IPE/USP, n. 26, 1983.

CARDOSO Jr., J.C.; FERNANDES, S. A informalidade revisitada nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa. In: IPEA, **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília, IPEA, n. 14, outubro, 2000. 65p.

DEDECCA, C.S.; BALTAR, P. E. de A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**. São Paulo: USP/Edusp, v.27, 1997. 65-84p

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO. Goiânia, Seplan, nº6, 2001.

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO. Goiânia: Seplan, n.13, 2003.

IBGE/PME. **Pesquisa mensal de emprego**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 jul. 2003.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990**: Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. Rio de Janeiro, IBGE, v.14, n.3, 1993, 220-63p.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992**: Goiás. Rio de Janeiro, IBGE, v.15, n.32, 1997a , 70p.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1993**: Goiás. Rio de Janeiro, IBGE, v.16, n.32, 1997b , 70p.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995:
Goiás. Rio de Janeiro, IBGE, v.17, n.32, 1997c, 116p.

IBGE. Contagem da População 1996. Rio de Janeiro, IBGE, 1997d , 695-722p.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1997:
Goiás. Rio de Janeiro, IBGE, v.19, n.32, 1998, 116p.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1998:
Goiás. Rio de Janeiro, IBGE, 1999, v.19, n.32, 120p.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999:
Goiás. Rio de Janeiro, IBGE, v.19, n.32, 2000, 125p.

IBGE. Contagem da População 2000. Rio de Janeiro, IBGE, 2001, 690-720p.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001:
Goiás. Rio de Janeiro, IBGE, v.19, n.32, 2002, 130p.

JAKOBSEN, K. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: JAKOBSEN, K. **Mapa do trabalho informal**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 64p.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Informalidade atinge 38,1 milhões no país**. São Paulo: Folha de São Paulo, Dinheiro (B4), 8 fev. 2004.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 47p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Emprego no Brasil: diagnóstico e políticas**. Brasília: Ministério do Trabalho/Secretaria do Emprego, 1999. 14p.

OLÍMPIA, V.; ROLIM, L. Ações do governo federal para reduzir a informalidade no mercado de trabalho. In: IPEA, **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: IPEA, n. 14, outubro, 2000. 65p.

O POPULAR. **Trabalhador troca carteira assinada por renda maior**. Goiânia: O Popular, 15 fev. 2004, p.5.

O POPULAR. **Combate à máfia dos camelôs**. Goiânia: O Popular, 27 abr. 2003, p.6.

PASTORE, J. **O desemprego tem cura**. São Paulo: Makron Books, 1998. 249p.

RAMOS, L. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. In. IPEA, **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: IPEA, n. 19, junho, 2002. 53p.

SINGER, P. **As causas do desemprego**. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 mar. 1999.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4.ed, São Paulo: Contexto, 1998. 117p.

THEODORO, M. As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil. **Texto para discussão n.762**, Brasília: IPEA, 2000. 19p.

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. In: **Textos para discussão n.1070**. Brasília: IPEA, 2005. 24p.

A precarização das relações de trabalho é o processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais (Mattoso, 1999).

REVISTA ANHANGÜERA

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

INTRODUÇÃO

Os trabalhos técnico-científicos para publicação no periódico **Revista Anhangüera**, editada pela Uni-ANHANGÜERA - Centro Universitário de Goiás poderão ser apresentados em português, inglês ou espanhol. Deverão ser inéditos e sua publicação não deve estar pendente em outro periódico. Uma vez publicados na Revista Anhangüera, também poderão sê-lo em outros veículos desde que citada a publicação original. A Revista Anhangüera é apresentada em seções: Fórum (artigo de revisão texto para debate) -Artigo científicos - Notas científicas – Resenha de livros.

ESTRUTURA DO ARTIGO

1. Os trabalhos deverão ser enviados em arquivos gravados em disquetes, acompanhados de 3 (três) cópias impressas. Recomenda-se a utilização do processador de texto Microsoft Word 97 ou versão posterior, digitação em espaço duplo, fonte Times New Roman, corpo 12, cor preta em todo o texto, numa só face de papel A4, margens superior e esquerda de 3,0 cm e inferior e direita de 2,0 cm.

2. Os trabalhos deverão ter no máximo 20 páginas numeradas seqüencialmente; sempre que possível, deverão ser organizados na seguinte ordem: Título, Autores, Resumo, Palavras-chaves Abstract, Key words, Introdução, Desenvolvimento (Material e Métodos, Resultados e Discussão, quando couber), Conclusão, Agradecimentos e Referências Bibliográficas.

• Os títulos em português, inglês e espanhol devem ser grafados em letras maiúsculas, com no máximo, 20 palavras. Devem ser claros e concisos e expressar o conteúdo do trabalho.

- Os nomes dos autores devem ser grafados por extenso, com letras iniciais maiúsculas.

- Tanto o resumo como o abstract não deve ultrapassar 200 palavras. Devem conter uma síntese dos objetivos, desenvolvimento e principal conclusão do trabalho, escrito em parágrafo único.

- As palavras-chave e as key-words são grafadas com letras iniciais maiúsculas, seguidas de dois pontos. Devem ter indicação de no mínimo três e no máximo seis palavras, separadas por vírgulas, iniciadas com letras minúsculas, não devendo conter palavras que já apareçam no título. Deverão situar claramente os eixos temáticos do trabalho, partindo-se do mais amplo para o mais específico.

- No rodapé da primeira página, deverão constar: a qualificação profissional principal e o endereço eletrônico do autor.

- A palavra introdução deve ser grafada com letras maiúsculas e colocada à esquerda da página. Deve apresentar o objetivo do trabalho, importância e contextualização, o alcance e eventuais limitações do estudo.

- O desenvolvimento constitui o núcleo do trabalho, em que se encontram os procedimentos metodológicos, os resultados da pesquisa e a sua discussão crítica. Mas, a palavra desenvolvimento jamais servirá de título para esse núcleo, ficando a critério do autor enpregar os títulos que mais se apropriem à natureza do seu trabalho. O autor não é obrigado a usar os termos tradicionalmente empregados nos artigos de periódicos das áreas exatas e biológicas, tais como: material e métodos, resultados e discussão. Sejam quais forem as opções de títulos, esses devem ser posicionados à esquerda da folha, grafados com letras maiúsculas.

- A palavra conclusões, ou expressão equivalente deve ser grafada com letras maiúsculas e colocada à esquerda da página. São elaboradas com base no objetivo e nos resultados do trabalho.

- A palavra agradecimentos deve ser grafada com letras maiúsculas e colocada à esquerda da página. Devem ser breves e diretos, iniciando com “Ao, Aos, À ou Às” (pessoas ou instituições).

- As referências bibliográficas devem ser organizadas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor. Devem ser elaboradas de acordo com a

NBR 6023/agosto de 2002 (Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT).

- As citações no texto do trabalho deverão seguir as seguintes instruções.

a) Citação com um autor: sobrenome grafado com a primeira letra maiúscula, seguida do ano de publicação entre parênteses. Exemplo: Segundo Borges (2002), o desenvolvimento tecnológico... ou O desenvolvimento tecnológico ... (BORGES, 2002).

b) Citação com dois autores: sobrenomes grafados com a primeira letra maiúscula, separados pelo “e” seguidos do ano de publicação, entre parênteses. Exemplo: Borges e Almeida (1997).

c) Citação com mais de dois autores: sobrenome do primeiro autor grafado com a primeira letra maiúscula, seguido da expressão et al., em fonte normal, seguido do ano de publicação, entre parênteses. Exemplos: 1) Gomes et al. (2004) comentam a importância do programa de economia solidária do Ministério do Trabalho.; ou 2) A importância do programa de economia solidária foi enaltecida na última reunião do Ministério do Trabalho (GOMES et al., 2004).

d) Citações de mais de uma obra de um mesmo autor, publicadas num mesmo ano, são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas, em ordem alfabética, após a data e sem espaçamento. Exemplo: Oliveira (1999a) ou (OLIVEIRA, 1999a).

e) Citações de diversos documentos da mesma autoria, publicados em diferentes anos e mencionados simultaneamente têm as suas datas separadas por vírgula: Exemplo: Cruz; Corrêa; Costa, 1998, 1999, 2000 ou (CRUZ; CORRÊA; COSTA, 1998, 1999, 2000).

f) Citações de diversos documentos de autores diferentes, mencionados simultaneamente, devem ser separadas por ponto-e-vírgula, em ordem alfabética. Exemplo: Fonseca, 1997; Paiva, 1997; Silva, 1997 ou (FONSECA, 1997; PAIVA, 1997; SILVA, 1997)

g) Citação de citação: sobrenome do autor do documento original, seguido da expressão “apud” e da citação da obra consultada. Exemplo: segundo Silva (1983 apud ABREU, 1999)....

h) Citações literais, que contenham três linhas ou menos, devem aparecer entre aspas, integrando o parágrafo normal, seguidas pelo sobrenome do autor,

ano da publicação e páginas do texto citado, tudo entre parênteses e separado por vírgula. Exemplos: 1) Santos e Pereira (1997, p. 141) dizem que “a força de trabalho de uma comunidade deve ser aproveitada de forma solidária.” 2) “Não se mova, faz de conta que está morta.” (CLARAC e BONNIN, 1985, p.72).

i) Citações literais longas (quatro ou mais linhas), devem ser destacadas no texto em parágrafo especial e “indentadas” (quatro espaços à direita da margem esquerda) em espaço simples, fonte tamanho 10).

3. Os trabalhos deverão ser precedidos por uma folha onde se fará constar o título do trabalho, o nome do autor que receberá as correspondências do editor, endereço, telefone, fax e endereço eletrônico.

4. As figuras não devem conter informações apresentadas em tabelas constantes no artigo. Devem ser citadas no texto em ordem seqüencial numérica, escritas com a letra inicial maiúscula, seguidas do número correspondente. Devem ser apresentadas no texto em local próximo ao de sua citação. O título da tabela deve ser escrito sem negrito e posicionado acima da mesma. O título da figura deve também ser escrito sem negrito, mas posicionado abaixo da mesma. As figuras devem ser fornecidos em arquivos originais, além de serem elaborados de forma a apresentar qualidade necessária à reprodução gráfica (escaneamento com no mínimo 300dpi).

5. Todo destaque que se queira dar ao texto impresso deve ser feito com o uso de itálico.

PROCEDIMENTOS EDITORIAIS

1. Após a triagem, o editor submete os trabalhos encaminhados à apreciação crítica de três consultores científicos da revista que elaboram pareceres:

- a) favorável para publicação;
- b) favorável desde que atendidas as reformulações indicadas; ou
- c) desfavorável.

Os critérios adotados são os seguintes:

- Adequação à linha editorial da revista
- Originalidade

- Adequação da metodologia, da análise e da interpretação de informações conceituais e de resultados.

- Argumentação lógica

- Relevância e pertinência das referências bibliográficas

2. Os trabalhos que não se ativerem a estas normas serão devolvidos a seus autores que poderão reenviá-los ao editor, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que efetuadas as modificações aconselhadas ou necessárias.

3. São de exclusiva responsabilidade dos autores as opiniões e conceitos emitidos nos trabalhos. Contudo, o editor, com a assistência da assessoria científica, reserva-se o direito de sugerir ou solicitar modificações aconselháveis nos artigos.

4. Não serão divididos direitos autorais ou concedida qualquer remuneração pela publicação dos trabalhos na revista, em qualquer tipo de mídia (papel, eletrônica, etc).

5. A seqüência de publicação dos trabalhos é dada pela conclusão de sua preparação e remessa para impressão. Será enviada aos autores a prova final dos originais para ciência e autorização para publicação. Daí em diante não serão permitidas modificações no texto.

6. Na avaliação dos textos encaminhados ao conselho editorial adota-se o sistema de omissão do nome do autor para fins de avaliação do texto.

7. A seleção dos trabalhos para publicações é de competência do Conselho Editorial da revista. Os trabalhos recebidos e não publicados serão devolvidos.

MAX
Gráfica &
Editora Ltda.

Rua Apinagés nº 74 - Setor Santa Genoveva
CEP: 74672-430 - Goiânia - Goiás - Brasil
Fone: (62) 3207-1184 - Fax: (62) 3207-4406
e-mail: maxgrafica@yahoo.com.br

